



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

TERMO DE REFERÊNCIA - SRP AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

SEMED

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto a formação de Sistema de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais, insumos e peças destinados à manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos vinculados ao setor de transporte escolar da Secretaria Municipal de Educação de Nova Brasilândia d'Oeste/RO, visando assegurar a continuidade, eficiência, segurança e regularidade dos serviços de transporte escolar prestados pela frota própria do Município, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

A contratação será realizada na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, com julgamento pelo critério de menor preço por item, nos termos da **Lei nº 14.133/2021**, adotando-se o Sistema de Registro de Preços em razão da natureza variável e contínua da demanda, permitindo aquisições parceladas e sob demanda, conforme a necessidade da Administração Pública.

Os itens objeto da futura contratação deverão atender rigorosamente às especificações técnicas exigidas pela Administração, sendo admitidos produtos equivalentes ou de qualidade superior, desde que compatíveis com os veículos da frota municipal e em conformidade com os padrões mínimos de desempenho, qualidade e segurança estabelecidos neste Termo de Referência.

TABELA 01 – AMPLA PARTICIPAÇÃO

ITEM	COD.	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	31366	Pneu 275/80 R22.5 radiais borrachudo, certificado pelo INMETRO	UNIDADE	90	R\$ 2.398,17	215.835,30
2	31368	Pneu 275/80 R22.5 radiais liso, certificado pelo INMETRO	UNIDADE	120	R\$ 2.187,20	262.464,00





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

3	31346	Conjunto embreagem 395MM	UNIDADE	15	R\$ 5.369,10	80.536,50
4	31347	Conjunto embreagem série 12 4 cilindros c/ moringa	UNIDADE	15	R\$ 5.857,25	87.858,75
5	31357	Coroa, pinhão e caixa satélite W15.190	UNIDADE	12	R\$ 8.793,75	105.525,00
TOTAL						752.219,55

TABELA 02 – EXCLUSIVO ME/EPP / COTA RESERVADA

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
6	31334	Tambor de freio traseiro 3654P	UNIDADE	20	R\$ 1.559,72	R\$ 31.194,40
7	31335	Tambor de freio dianteiro 3598P	UNIDADE	20	R\$ 1.539,78	R\$ 30.795,60
8	31336	Caixa direção 8095633905741	UNIDADE	15	R\$ 5.113,82	R\$ 76.707,30
9	31337	Luva de cardan 41077A	UNIDADE	12	R\$ 869,98	R\$ 10.439,76
10	31338	Espiga cardan 41525	UNIDADE	12	R\$ 954,75	R\$ 11.457,00
11	31339	Módulo de cabine LU 2R2971 56M 411.001 205 MHW:10 SW:1,20BX	UNIDADE	12	R\$ 5.454,25	R\$ 65.451,00
12	31340	Manete de freio estacionário 43255	UNIDADE	15	R\$ 709,67	R\$ 10.645,05
13	31341	Servo de embreagem 43566	UNIDADE	15	R\$ 2.034,47	R\$ 30.517,05
14	31342	Tambor de freio dianteiro 3692	UNIDADE	20	R\$ 1.733,72	R\$ 34.674,40
15	31343	Tambor de freio traseiro 3558	UNIDADE	20	R\$ 1.727,75	R\$ 34.555,00
16	31344	Jogo patim de freio traseiro S214A	UNIDADE	15	R\$ 911,63	R\$ 13.674,45
17	31345	Jogo patim de freio dianteiro 42747	UNIDADE	15	R\$ 824,10	R\$ 12.361,50
18	31348	Para-brisa Caio Foz Super	UNIDADE	10	R\$ 5.222,50	R\$ 52.225,00
19	31349	Para-brisa Comil Svelto Midi	UNIDADE	10	R\$ 5.650,00	R\$ 56.500,00
20	31353	Compressor ar tipo LK38	UNIDADE	12	R\$ 3.477,50	R\$ 41.730,00
21	31354	Bomba hidráulica 684 973 932	UNIDADE	10	R\$ 2.194,25	R\$ 21.942,50
22	31355	Borracha para-brisa Caio Foz Super	UNIDADE	10	R\$ 1.165,72	R\$ 11.657,20





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

23	31356	Borracha para-brisa Svelto Midi	UNIDADE	10	R\$ 1.265,50	R\$ 12.655,00
24	31358	Bico injetor VW série 12 4 cilindros	UNIDADE	20	R\$ 2.807,50	R\$ 56.150,00
25	31359	Kit motor MAN D08 4 cilindros	UNIDADE	3	R\$ 9.688,75	R\$ 29.066,25
26	31360	Biela MAN D08 4 cilindros	UNIDADE	8	R\$ 1.614,75	R\$ 12.918,00
27	31361	Eixo virabrequim MAN D08 4 cilindros	UNIDADE	2	R\$ 13.351,50	R\$ 26.703,00
28	31362	Bomba de óleo p/ motor MAN D08 4 cilindros	UNIDADE	4	R\$ 3.539,50	R\$ 14.158,00
29	31363	Bomba de água p/ motor MAN D08 4 cilindros	UNIDADE	4	R\$ 1.726,25	R\$ 6.905,00
30	31364	Turbina dupla MAN D08 4 cilindros	UNIDADE	6	R\$ 9.745,00	R\$ 58.470,00
31	31365	Pneu 215/75 R17.5 radial borrachudo	UNIDADE	20	R\$ 1.301,00	R\$ 26.020,00
32	31367	Roda de ferro aro 22,5 10 furos	UNIDADE	10	R\$ 1.161,25	R\$ 11.612,50
33	33936	Para-brisa ônibus Marcopolo Senior Mid	UNIDADE	4	R\$ 4.820,75	R\$ 19.283,00
34	33937	Para-brisa ônibus Marcopolo Volare V8L 4x4 EO	UNIDADE	6	R\$ 4.881,25	R\$ 29.287,50
35	33938	Eixo virabrequim MWM Acteon 4.12 TCE	UNIDADE	2	R\$ 14.616,25	R\$ 29.232,50
36	33939	Coxim motor VWC 15180/17260 DT R639	UNIDADE	15	R\$ 474,75	R\$ 7.121,25
37	33940	Bronzina biela motor MWM 4.12/6.17 STD	UNIDADE	8	R\$ 581,50	R\$ 4.652,00
38	33941	Bomba óleo motor MWM 4.12/6.17	UNIDADE	2	R\$ 1.444,75	R\$ 2.889,50
39	33942	Biela motor MWM 410/610/Acteon	UNIDADE	8	R\$ 1.420,25	R\$ 11.362,00
40	33943	Turbo MWM 4.12 TCE	UNIDADE	4	R\$ 6.262,50	R\$ 25.050,00
41	33944	Bomba água MWM Acteon	UNIDADE	3	R\$ 1.527,50	R\$ 4.582,50
42	33945	Embreagem viscosa VWC 13180/15180	UNIDADE	8	R\$ 1.765,00	R\$ 14.120,00
43	33946	Coxim motor ônibus MWM TS R645	UNIDADE	8	R\$ 451,50	R\$ 3.612,00





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

44	33947	Kit motor MWM Acteon 4.12/6.12	UNIDADE	2	R\$ 10.580,00	R\$ 21.160,00
45	33948	Bronzina mancal MWM 4.10/4.12 STD	UNIDADE	4	R\$ 837,50	R\$ 3.350,00
46	33949	Kit junta cabeçote MWM Acteon	UNIDADE	4	R\$ 1.851,50	R\$ 7.406,00
47	33950	Junta motor inferior MWM Acteon	UNIDADE	4	R\$ 1.930,75	R\$ 7.723,00
48	33951	Coxim dianteiro motor série 12 VW 15190	UNIDADE	8	R\$ 485,50	R\$ 3.884,00
49	33956	Bomba óleo motor série 12 VW 15190	UNIDADE	4	R\$ 1.860,50	R\$ 7.442,00
50	33957	Coxim câmbio R1204 VW 15190	UNIDADE	8	R\$ 727,50	R\$ 5.820,00
51	33958	Biela motor série 12 VW 15190	UNIDADE	4	R\$ 3.126,50	R\$ 12.506,00
52	33959	Turbo motor série 12 VW 15190	UNIDADE	6	R\$ 7.603,00	R\$ 45.618,00
53	33960	Bomba água motor série 12 VW 15190	UNIDADE	6	R\$ 1.659,00	R\$ 9.954,00
54	33961	Embreagem viscosa série 12 VW 15190	UNIDADE	8	R\$ 1.999,75	R\$ 15.998,00
55	33962	Jogo bronzina mancal série 12 VW	UNIDADE	4	R\$ 837,75	R\$ 3.351,00
56	33963	Guarnição para-brisa Marcopolo Senior Mid	UNIDADE	4	R\$ 1.202,25	R\$ 4.809,00
57	11638	Bateria automotiva 150 amperes	UNIDADE	60	R\$ 1.196,25	R\$ 71.775,00
58	27143	Filtro PEC 302 ônibus M. Benz 1519	UNIDADE	16	R\$ 146,25	R\$ 2.340,00
59	22863	Motor limpador para-brisa ônibus MBB OF1519	UNIDADE	8	R\$ 909,75	R\$ 7.278,00
60	23362	Rolamento cardan ônibus MBB OF1519	UNIDADE	18	R\$ 464,00	R\$ 8.352,00
61	19792	Jogo lona freio traseiro ônibus MBB OF1519	UNIDADE	20	R\$ 613,00	R\$ 12.260,00
62	19781	Bomba d'água ônibus MBB OF1519	UNIDADE	4	R\$ 1.398,00	R\$ 5.592,00





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

63	19600	Rolamento cubo dianteiro 385A	UNIDADE	18	R\$ 406,25	R\$ 7.312,50
64	22498	Bomba d'água ônibus MBB OF1519	UNIDADE	2	R\$ 1.460,00	R\$ 2.920,00
65	22551	Catraca freio dianteira ônibus MBB OF1519	UNIDADE	18	R\$ 534,75	R\$ 9.625,50
66	22560	Catraca freio traseira ônibus MBB OF1519	UNIDADE	12	R\$ 543,00	R\$ 6.516,00
67	22611	Cuíca freio ônibus MBB OF1519	UNIDADE	18	R\$ 638,75	R\$ 11.497,50
68	22641	Disco embreagem ônibus MBB OF1519	UNIDADE	8	R\$ 2.068,75	R\$ 16.550,00
69	22750	Filtro ar ônibus MBB OF1519	UNIDADE	15	R\$ 261,25	R\$ 3.918,75
70	22759	Filtro combustível ônibus MBB OF1519	UNIDADE	20	R\$ 195,00	R\$ 3.900,00
71	33964	Guarnição para-brisa Volare V8L 4x4	UNIDADE	2	R\$ 1.157,75	R\$ 2.315,50
72	33965	Roda ferro aro 17,5 06 furos	UNIDADE	8	R\$ 1.011,00	R\$ 8.088,00
73	9801	Pneu 265/70 R16 radial misto	UNIDADE	20	R\$ 1.126,00	R\$ 22.520,00
74	19069	Pneu 175/70 R14	UNIDADE	8	R\$ 398,25	R\$ 3.186,00
75	17690	Óleo lubrificante sintético SAE 10W40	BALDE	12	R\$ 992,25	R\$ 11.907,00
76	29750	Óleo sintético motor diesel 5W30	LITROS	250	R\$ 230,75	R\$ 57.687,50
77	1585	Óleo diferencial SAE 85W140 API GL-5	BALDE	15	R\$ 749,50	R\$ 11.242,50
78	25622	Óleo lubrificante 10W30 turbo API CG4	LITROS	50	R\$ 217,75	R\$ 10.887,50
79	13638	ARLA balde 20 litros	BALDE	40	R\$ 152,25	R\$ 6.090,00
80	22861	Molejo dianteiro VW 15.190	UNIDADE	4	R\$ 3.945,00	R\$ 15.780,00
81	22816	Jumelo molejo ônibus MBB OF1519	UNIDADE	8	R\$ 392,50	R\$ 3.140,00
82	22817	Jumelo molejo ônibus VW 15.190	UNIDADE	8	R\$ 389,00	R\$ 3.112,00
83	22818	Jumelo molejo ônibus VW MAN 15.190	UNIDADE	8	R\$ 366,00	R\$ 2.928,00
84	22862	Molejo traseiro VW 15.190	UNIDADE	8	R\$ 4.143,00	R\$ 33.144,00





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

85	17384	Pneu 215/75R17.5 liso	UNIDADE	20	R\$ 1.328,25	R\$ 26.565,00
86	36443	Óleo lubrificante 10W30 API CK-4/CJ-4/SN/E7/E9 20L	UNIDADE	80	R\$ 979,50	R\$ 78.360,00
87	31366	Pneu 275/80 R22.5 radiais borrachudo, certificado pelo INMETRO, Cota retirada do Item 1	UNIDADE	30	R\$ 2.398,17	R\$ 71.945,10
88	31368	Pneu 275/80 R22.5 radiais liso, certificado pelo INMETRO, Cota retirada do Item 2.	UNIDADE	40	R\$ 2.187,20	R\$ 87.488,00
89	31346	Conjunto embreagem 395MM, Cota Retirada do Item 3.	UNIDADE	5	R\$ 5.369,10	R\$ 26.845,50
90	31347	Conjunto embreagem série 12 4 cilindros c/ moringa, Cota Retirada do Item 4.	UNIDADE	5	R\$ 5.857,25	R\$ 29.286,25
91	31357	Coroa, pinhão e caixa satélite W15.190, Cota Retirada do Item 5.	UNIDADE	3	R\$ 8.793,75	R\$ 26.381,25
TOTAL						R\$ 1.810.134,56
TOTAL GERAL TABELA 01 - AMPLA PARTICIPAÇÃO E TABELA 02 - EXCLUSIVO ME/EPP / COTA RESERVADA						R\$ 2.562.354,11

1.1. Os bens objeto da presente contratação são caracterizados como bens comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, considerando que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, observando-se o disposto no Decreto nº 10.818/2021, tratando-se de materiais e peças destinados à manutenção da frota do transporte escolar da Secretaria Municipal de Educação, indispensáveis à continuidade do serviço público.

1.3. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

1.4. A Ata de Registro de Preços disciplinará as condições de fornecimento, obrigações das partes, critérios de execução, hipóteses de alteração, cancelamento e demais regras aplicáveis à futura contratação, observando as disposições legais e regulamentares pertinentes.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação encontra-se fundamentada no respectivo Estudo Técnico Preliminar – ETP, especialmente nos itens 1 e 2 do referido documento, elaborado pela Secretaria Municipal de Educação – SEMED, o qual demonstrou a necessidade da formação de **Sistema de Registro de Preços** para futura e eventual aquisição de materiais, insumos e peças destinados à manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos vinculados ao transporte escolar do Município de Nova Brasilândia d'Oeste/RO.

2.2. Conforme descrito no item 2 do Estudo Técnico Preliminar, a necessidade da contratação decorre da utilização contínua da frota municipal no transporte escolar, especialmente em rotas rurais e estradas não pavimentadas, circunstâncias que intensificam o desgaste mecânico, elétrico e estrutural dos veículos, exigindo manutenções frequentes e reposição contínua de peças e insumos, a fim de garantir condições adequadas de funcionamento, segurança, trafegabilidade e continuidade do serviço público.

2.3. O item 5 do Estudo Técnico Preliminar evidenciou que a adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se a solução mais adequada para atendimento da demanda, considerando a natureza variável, contínua e imprevisível do consumo dos materiais e peças, permitindo aquisições parceladas e sob demanda, conforme as necessidades da Administração Pública, assegurando maior eficiência administrativa, economicidade e melhor gestão dos recursos públicos.

2.4. Nos termos dos itens 7, 9 e 10 do Estudo Técnico Preliminar, a contratação pretendida visa assegurar a continuidade, regularidade e eficiência do transporte escolar prestado pela Secretaria Municipal de Educação, evitando paralisações da frota por indisponibilidade de peças e insumos, contribuindo diretamente para a garantia do acesso, permanência e segurança dos alunos da rede pública municipal.

2.5. Conforme consignado no item 3 do Estudo Técnico Preliminar, o objeto da presente contratação não consta formalmente previsto no Plano Anual de Contratações – PCA, considerando que o Município encontra-se em fase de implementação do referido instrumento de planejamento.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A solução proposta consiste na formação de **Sistema de Registro de Preços** para futura e eventual aquisição de materiais, insumos e peças destinados à manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos vinculados ao transporte escolar da Secretaria Municipal de Educação de Nova





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

Brasilândia d'Oeste/RO, conforme especificações técnicas, quantitativos e condições estabelecidas neste **Termo de Referência**.

3.2. A contratação visa assegurar a continuidade, regularidade, segurança e eficiência do transporte escolar realizado pela frota própria do Município, especialmente no atendimento aos alunos residentes na zona rural, garantindo condições adequadas de funcionamento, conservação, trafegabilidade e manutenção dos veículos utilizados na prestação do serviço público educacional.

3.3. Conforme demonstrado nos **itens 2, 5 e 7 do Estudo Técnico Preliminar**, a solução adotada por meio do Sistema de Registro de Preços mostra-se tecnicamente adequada em razão da natureza contínua, variável e imprevisível da demanda, permitindo aquisições parceladas e sob demanda, conforme a necessidade da Administração, sem obrigatoriedade de contratação integral dos quantitativos registrados.

3.4. O ciclo de vida do objeto contempla todas as etapas relacionadas à adequada manutenção da frota municipal, iniciando-se pelo planejamento da contratação e aquisição dos materiais e peças, passando pelo fornecimento, recebimento, armazenamento, utilização na manutenção preventiva e corretiva dos veículos, substituição de componentes desgastados, garantia dos produtos fornecidos e, quando aplicável, descarte ambientalmente adequado dos materiais inservíveis.

3.5. De forma detalhada, o ciclo de vida da contratação compreende:

- a)** fornecimento de materiais, peças e insumos novos, de primeiro uso, compatíveis com os veículos da frota municipal e em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência;
- b)** entrega parcelada e sob demanda, conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e requisições emitidas pela Administração;
- c)** utilização dos materiais e peças nas atividades de manutenção preventiva e corretiva da frota escolar, visando assegurar condições adequadas de funcionamento, segurança e continuidade do transporte dos alunos;
- d)** substituição de componentes desgastados ou danificados em razão do uso contínuo dos veículos, especialmente nas rotas rurais e estradas não pavimentadas;
- e)** garantia dos produtos fornecidos contra defeitos de fabricação, observando os prazos estabelecidos pelo fabricante e a legislação aplicável;
- f)** adoção de práticas ambientalmente adequadas quanto ao descarte de peças, pneus, óleos lubrificantes, baterias e demais resíduos oriundos da manutenção da frota, observando-se, no que couber, as disposições da Lei nº 12.305/2010 e demais normas ambientais aplicáveis.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

3.6. A solução proposta busca garantir maior eficiência administrativa, economicidade e continuidade do serviço público, contribuindo para a preservação da vida útil da frota municipal, redução de paralisações e melhor atendimento das demandas do transporte escolar no âmbito da Secretaria Municipal de Educação.

4.1. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os requisitos da presente contratação encontram-se definidos no **item 4** do Estudo Técnico Preliminar – ETP, especialmente no que se refere à necessidade de fornecimento de materiais, insumos e peças compatíveis com a frota utilizada no transporte escolar, observando-se padrões adequados de qualidade, desempenho, durabilidade, segurança e eficiência operacional.

Sustentabilidade

4.2. A futura contratação deverá observar, no que couber, critérios e práticas de sustentabilidade ambiental, visando à redução dos impactos ambientais decorrentes das atividades de manutenção da frota municipal, em conformidade com a legislação vigente e boas práticas de gestão pública sustentável.

4.2.1. Os materiais, peças e insumos fornecidos deverão atender, sempre que aplicável, às normas técnicas e ambientais pertinentes, observando padrões mínimos de qualidade, segurança, eficiência e durabilidade.

4.2.2. Deverão ser priorizados produtos que contribuam para maior vida útil da frota municipal, redução do desperdício de materiais e melhor eficiência operacional dos veículos utilizados no transporte escolar.

4.2.3. A contratada deverá observar, quando aplicável, práticas de destinação ambientalmente adequada de resíduos decorrentes da manutenção da frota, especialmente pneus, baterias, óleos lubrificantes, embalagens e demais materiais potencialmente poluentes, em conformidade com a Lei nº 12.305/2010 e demais normas ambientais pertinentes.

4.2.4. A Administração priorizará, sempre que possível, a tramitação eletrônica de documentos e procedimentos relacionados à execução contratual, visando à redução do consumo de papel e maior eficiência administrativa.

4.2.5. A futura contratada deverá cumprir integralmente a legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, ambiental e de segurança do trabalho aplicável às suas atividades, responsabilizando-se pelos encargos decorrentes da execução contratual.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

Subcontratação

4.2.6. Não será admitida a subcontratação integral do objeto da contratação, considerando a necessidade de responsabilidade direta da futura contratada pelo fornecimento dos materiais, peças e insumos objeto deste Termo de Referência.

4.2.7. Eventual subcontratação parcial somente poderá ocorrer mediante prévia autorização da Administração, desde que não recaia sobre a parcela principal do objeto e não comprometa a qualidade, a regularidade e a adequada execução contratual.

4.2.8. A subcontratação autorizada não exclui a responsabilidade da contratada perante a Administração quanto ao cumprimento integral das obrigações contratuais, permanecendo esta integralmente responsável pela execução do objeto contratado.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O fornecimento dos materiais, peças e insumos ocorrerá de forma parcelada e sob demanda, conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e mediante emissão de Nota de Empenho, Ordem de Fornecimento ou documento equivalente pela Administração Pública.

5.2. O prazo de entrega dos itens será de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, Ordem de Fornecimento ou documento equivalente, podendo ser prorrogado por igual período, desde que devidamente justificado pela contratada e aceito pela Administração.

5.3. Os materiais e peças deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, devidamente acondicionados, embalados e identificados, observando-se as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência.

5.4. O recebimento provisório dos itens ocorrerá no ato da entrega, para fins de conferência quantitativa, ficando o recebimento definitivo condicionado à verificação da conformidade dos produtos com as especificações técnicas exigidas pela Administração.

5.5. A Administração poderá recusar, no todo ou em parte, materiais, peças ou insumos entregues em desacordo com as especificações técnicas, qualidade exigida, compatibilidade com a frota municipal ou que apresentem defeitos, avarias ou sinais de uso.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. A futura Ata de Registro de Preços e os instrumentos dela decorrentes deverão ser executados fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas estabelecidas, as disposições deste Termo de





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

Referência e as normas previstas na Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. O fornecimento dos materiais, peças e insumos será acompanhado e fiscalizado por servidor formalmente designado pela Secretaria Municipal de Educação, competindo-lhe verificar a conformidade da execução contratual com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e nos instrumentos contratuais decorrentes.

6.3. Em caso de impedimento, atraso, paralisação ou suspensão da execução contratual por motivos devidamente justificados e aceitos pela Administração, os prazos poderão ser prorrogados na forma da legislação vigente, mediante formalização nos autos do processo administrativo.

6.4. As comunicações entre a Administração e a contratada deverão ocorrer, preferencialmente, por escrito, inclusive por meio eletrônico, garantindo-se o registro formal das ocorrências, solicitações, notificações e demais atos relacionados à execução contratual.

6.5. A Administração poderá convocar representante da contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, bem como para esclarecimentos relacionados ao fornecimento dos itens, execução contratual ou cumprimento das obrigações assumidas.

6.6. Após a assinatura da **Ata de Registro de Preços** ou instrumento equivalente, a Administração poderá promover reunião inicial com a contratada, objetivando alinhamento quanto às condições de fornecimento, procedimentos de solicitação, fiscalização, prazos, critérios de recebimento, obrigações contratuais e demais aspectos necessários à adequada execução do objeto.

6.7. O recebimento dos materiais e peças ocorrerá em conformidade com os critérios de recebimento provisório e definitivo estabelecidos neste Termo de Referência, podendo a Administração rejeitar, no todo ou em parte, itens fornecidos em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

6.8. A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada quanto aos danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de falhas na execução contratual, permanecendo a contratada integralmente responsável pelas obrigações assumidas.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.8. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.9. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordena a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos de imediato, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 01 horas, a contar do recebimento da solicitação ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de quatro dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

Forma de pagamento





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, mediante REGISTRO DE PREÇOS, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto ocorrerá de forma parcelada e sob demanda .

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

- 8.16.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.17.** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.18.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.19.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 8.20.** A apresentação do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI supre as exigências de inscrição nos cadastros fiscais.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.21.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 8.22.** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

Qualificação Técnica

- 8.23.1.** Apresentação de declaração da licitante informando que os materiais, peças e insumos ofertados atendem integralmente às especificações técnicas, requisitos de qualidade, desempenho e compatibilidade exigidos neste Termo de Referência.
- 8.23.2.** A licitante deverá comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da contratação, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento anterior de materiais, peças, insumos automotivos ou objetos compatíveis com a presente contratação, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.23.3.** Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, será admitida a exigência de quantitativos mínimos no(s) atestado(s) apresentado(s), limitados a até 30% (trinta por cento) dos quantitativos estimados dos itens de maior relevância ou valor significativo da contratação, conforme autoriza o art. 67, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

8.23.5. Os produtos ofertados deverão possuir garantia contra defeitos de fabricação, observando-se os prazos estabelecidos pelo fabricante e a legislação aplicável.

8.23.6. Quando aplicável ao item ofertado, deverão ser observadas as certificações, normas técnicas e padrões de qualidade exigidos pelos órgãos competentes, fabricantes ou legislação pertinente.

8.23.7. A Administração poderá promover diligências destinadas à verificação da veracidade das informações apresentadas, da compatibilidade técnica dos produtos ofertados e da capacidade operacional da licitante, nos termos da legislação vigente.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da presente contratação é de **R\$ 2.562.354,11** (dois milhões, quinhentos e sessenta e dois mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e onze centavos), conforme levantamento de preços constante nos autos do processo administrativo e pesquisa de mercado anexa, realizada em observância ao art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

9.2. A estimativa de preços foi elaborada com base em pesquisa de mercado compatível com a realidade local e regional da Administração, considerando a natureza dos itens, os quantitativos estimados e as especificidades do objeto da contratação, servindo como parâmetro para verificação da vantajosidade da futura contratação e para subsidiar a fase preparatória do certame.

9.3. Os valores estimados possuem caráter referencial, não implicando obrigatoriedade de contratação integral dos quantitativos registrados, considerando que a futura Ata de Registro de Preços será utilizada conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Educação e a disponibilidade orçamentária da Administração Pública.

9.4. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A despesa decorrente de eventual contratação ocorrerá por conta dos recursos consignados à Prefeitura de Nova Brasilândia D'Oeste pela Lei Orçamentária Anual, cuja dotação orçamentária será indicada na efetivação da contratação, a teor do que dispõe o §6 do Art. 69 do Decreto Municipal 1538/2023.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Caberá à CONTRATANTE:





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

11.1.1. Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual por intermédio do fiscal designado anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de fatos que, a seu critério exijam a adoção de medidas por parte do CONTRATADO;

11.1.2. Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO relativos à execução do objeto da contratação;

11.1.3. Proporcionar todas as facilidades para que o CONTRATADO possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais;

11.1.4. Assegurar que os produtos descritos neste instrumento somente sejam entregues unicamente pelo CONTRATADO, sendo vedada a interveniência de terceiros estranhos ao contrato, salvo se autorizado prévia e expressamente;

11.1.5. Realizar rigorosa conferência das características dos itens fornecidos por meio da Comissão de Recebimento designada ou servidor, somente atestando os documentos da despesa quando comprovada a entrega total, fiel e correta do objeto contratado, ou da parte da entrega a que se referirem;

11.1.6. Rejeitar no todo ou em parte bens entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo CONTRATADO;

11.1.7. Certificar-se do atendimento às exigências elaboradas para a presente contratação, condicionantes da formalização do contrato;

11.1.8. Zelar pelo cumprimento das obrigações das partes, constantes nos documentos que precedem e integram o contrato, mesmo as não transcritas no documento hábil para contratação;

11.1.9. Efetuar a publicação do termo contratual na forma da lei;

11.1.10. Efetuar o pagamento na forma convencionada neste termo e no instrumento Convocatório.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Caberá à CONTRATADA:

12.1.1. Executar o objeto contratado na qualidade e forma exigida no presente termo, cumprindo os prazos e condições estabelecidas;

12.1.2. Proceder a entrega dos bens, devidamente embalados, de forma a não serem danificados durante a operação de transporte e de carga e descarga, assinalando na embalagem a marca, destino e, quando for o caso número da Licença de Importação ou documento equivalente, com as especificações detalhadas ou documento equivalente para conferência;

12.1.3. Entregar os bens adquiridos sempre dentro dos prazos de validade legais;

12.1.4. Orientar tecnicamente os responsáveis pela operação dos bens, fornecendo os esclarecimentos necessários ao seu perfeito funcionamento;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

- 12.1.5.** Atender prontamente às solicitações do contratante acerca do fornecimento contratado e prestar os esclarecimentos que forem necessários;
- 12.1.6.** Ter responsabilidade objetiva pelos serviços realizados, empregado funcionários capacitados e comunicando com a devida antecedência eventual substituição do preposto indicado;
- 12.1.7.** É vedada a subcontratação total do objeto do contrato, sendo autorizada a subcontratação parcial quando e se houver a prévia anuência da Administração;
- 12.1.8.** Responder pelos danos, de qualquer natureza que venham a sofrer seus empregados terceiros ou o CONTRATANTE, em razão de acidentes ou de ação ou de omissão dolosa ou culposa, de prepostos do CONTRATADO ou de quem em seu nome agir;
- 12.1.9.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verifiquem vícios defeitos ou incorreções;
- 12.1.10.** Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes do fornecimento, inclusive fretes e tributos e quaisquer outras que forem devidas;
- 12.1.11.** Responsabilizar-se também pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos bens inclusive licença em repartições públicas e registros se necessário;
- 12.1.12.** Providenciar a identificação individual de seus empregados que transitem nas dependências do contratante, quando em atividade na execução do objeto contratado, através de uniforme e/ou crachá;
- 12.1.13.** Responder pelos danos causados diretamente à Secretaria Municipal de Saúde ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização/acompanhamento pela Secretaria;
- 12.1.14.** Comunicar à administração da secretaria, por escrito qualquer anormalidade de caráter urgente, além de prestar os esclarecimentos que julgar necessário;
- 12.1.15.** Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas em instrumento Convocatório.
- 12.1.16.** Apresentar na entrega do objeto a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART em relação a sua fabricação.
- 12.1.17.** Os casos excepcionais serão avaliados pelo CONTRATANTE, que decidirá motivadamente.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

13.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

13.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

13.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

13.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

13.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

13.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

13.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens <13.1.2=, <13.1.3= e <13.1.4= do subitem acima deste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

13.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens <13.1.5=, <13.1.6=, <13.1.7= e <13.1.8=, bem como nos subitens <13.1.2=, <13.1.3= e <13.1.4=, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.2.4. Multa:

a) moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

b) O atraso superior a 20 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

c) compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

13.3. A aplicação das sanções previstas neste termo de referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.4. Todas as sanções previstas neste termo de referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

13.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

13.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

13.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

13.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante;

13.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.11. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.12. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas,





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

14. DOS BENEFÍCIOS DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006

14.1. Nos termos do inciso III do Art. 49 da Lei Complementar 123/2006 será concedido os benefícios que tratam os Arts. 47 e 48 desta Lei.

14.1.1. Será aplicado, quando cabível, o benefício de prioridade de contratação para microempresas e empresas de pequeno porte sediadas **local e regionalmente**, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, observados os critérios de vantajosidade, competitividade e legislação vigente.

15. DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. As informações constantes neste Termo de Referência possuem caráter público e não são classificadas como sigilosas, observando-se os princípios da publicidade e transparência previstos na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

15.2. O presente Termo de Referência foi elaborado com base nas informações técnicas constantes no Estudo Técnico Preliminar – ETP, bem como nas demandas apresentadas pela Secretaria Municipal de Educação, especialmente pelo setor responsável pelo transporte escolar e manutenção da frota municipal.

15.3. Integram o presente Termo de Referência, para todos os fins legais, os documentos técnicos, pesquisas de preços, levantamentos e demais elementos que compõem a fase preparatória da contratação.

15.4. Eventuais omissões ou dúvidas relativas à execução do objeto serão dirimidas pela Secretaria Municipal de Educação, observando-se as disposições da Lei nº 14.133/2021, os princípios da Administração Pública e demais normas aplicáveis.





**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED**

Nova Brasilândia D'Oeste - RO, 22 de maio de 2026.

Elaborado por Luiz Alberto Vicente Ferreira, Mat 2534.

Aprovado por:

(Assinado Eletronicamente)
JAIRO JOSÉ DOS SANTOS AMORIM
Secretário Municipal de Educação
Portaria 010/2025

(Assinado Eletronicamente)
Clodoaldo Alves Pedroso
Prefeito

